

CURSO

Formação de Agentes Culturais Jovens Rurais



**REVISADA E
AMPLIADA**

DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO¹

O Diagnóstico Participativo é um dos métodos de investigação da realidade. Mas para entender em que consiste o método é importante termos a compreensão dos conceitos e elementos básicos que orientam qualquer método de diagnóstico social.

O QUE É DIAGNÓSTICO?

Diagnosticar significa conhecer, levantar informações, pesquisar. Significa fazer uma avaliação de uma realidade determinada, baseada em dados e informações.

Diagnosticar implica: conhecer/pesquisar, interpretar e propor.

O objetivo do diagnóstico é gerar um novo conhecimento sobre um aspecto da realidade (realidade desconhecida e/ou que precisa aprofundar o conhecimento).

ELEMENTOS BÁSICOS DE UM DIAGNÓSTICO

Expressa novas formas de conhecimento sobre as áreas específicas;

Deve ter um foco, um eixo orientador

É Centrado na comprovação de algumas hipóteses/curiosidades;

Procura à relação entre os fatos, os processos sociais, sujeitos e referências conceituais;

Quem realiza pode ou não está envolvido no processo (protagonista);

¹ Texto produzido por Quitéria Ferreira, Assistente Social e Educadora Popular.

Problematiza, de modo a conseguir uma nova visão da realidade;

Mesmo focalizando objetivos delimitados tem relação com o todo.

Para elaboração de um diagnóstico é fundamental trabalhar algumas categorias ou conceitos elementares:

Realidade: aquilo que existe efetivamente, que é real, concreto;

Sujeito social: são as pessoas ou grupos que fazem parte da realidade que queremos conhecer. Pessoas ou grupos que, atuando na realidade, são capazes de transformá-la;

Problema: é um obstáculo que queremos conhecer ou enfrentar. É um pedaço inaceitável, para nós, da realidade que percebemos;

Foco: é um recorte da situação-problema que queremos conhecer;

Potencialidade: são as vocações, vantagens da realidade; capacidades dos sujeitos que, se dinamizadas, podem contribuir para superar os problemas.

Existem algumas questões chaves que orientam a elaboração de um diagnóstico, a saber:

Qual a situação-problema que quero conhecer?

Que informações preciso para conhecer a situação-problema?

Onde buscar as informações? Quais as formas de coleta?

Como sistematizar e disseminar as informações?

Uma das escolhas metodológicas para se realizar um diagnóstico, que prime pela participação dos sujeitos sociais no processo de coleta e análise das informações é o diagnóstico participativo.

O QUE É DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO?

Diagnóstico Participativo é um método utilizado para fazer levantamento da realidade local. Este levantamento, feito com a participação das lideranças locais, deve conter os principais problemas da localidade em todas as áreas (social, econômica, cultural, ambiental, físico-territorial e político-institucional);

O Diagnóstico Participativo deve captar também as potencialidades locais, ou seja, as vocações e as vantagens da localidade em relação a outros lugares. Porque são estas as potencialidades que devem ser dinamizadas para que a localidade possa superar os problemas identificados e atingir o desenvolvimento sustentável, caminhando com as próprias pernas.

Sem diagnóstico não se pode saber quais são as necessidades próprias de cada lugar e os programas oferecidos acabam sendo inadequados.

PARA QUE SERVE O DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO?

Quando a comunidade está interessada em iniciar um projeto participativo, o agente de desenvolvimento, educador ou liderança que esteja facilitando do processo deve ajudar no sentido de se fazer uma análise da realidade da comunidade, focando o problema mais específico que a mesma quer resolver.

Esta análise ajudará a comunidade a compreender melhor sua situação. Permitirá identificar os problemas e obstáculos que impedem seu desenvolvimento, proporcionando os elementos para priorizar seus problemas.

Ademais, o diagnóstico servirá como base para o planejamento conjunto de atividades para melhorar a situação de vida da comunidade ou grupo.

Portanto, o processo de Diagnóstico Participativo serve para:

Possibilitar a tomada de consciência, tanto da comunidade como da entidade que realizando o diagnóstico, sobre os aspectos relacionados à sua realidade sócio-econômica, política e cultural;

Promover a participação de diferentes grupos comunitários nos espaços de elaboração de políticas públicas (em particular as mulheres, pessoas indigentes, jovens, negros)

Proporcionar uma base para a planificação de atividades educativas, organizativas e mobilizadoras;

Coletar dados que possam proporcionar uma base para o sistema de avaliação da realidade e proposição de políticas e projetos;

Contribuir para dar maior poder de decisão à comunidade.

COMO SE FAZ UM DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO?

Uma análise participativa implica num diálogo entre os membros da comunidade e o agente de desenvolvimento. Portanto, trata-se de um processo contínuo que requer tempo. Pode ser realizado num tempo curto de um a dois meses, mas pode tomar mais tempo, de acordo com os objetivos que se quer alcançar.

A informação para a análise participativa da realidade pode ser coletada de vários modos: entrevistas semi-estruturadas, individuais ou de grupos, técnicas de visualização, observação participativa, análise das tradições culturais, oficinas e levantamentos. As informações também podem ser obtidas através das organizações comunitárias e de exercícios analíticos tais como: exercícios de ordenamento e confecção de calendários sazonais, mapas e análises de atividades diárias.

O facilitador do processo de diagnóstico deve ajudar a comunidade a resumir os resultados do diagnóstico, a discuti-los e a priorizar os problemas que surjam;

Dos resultados do diagnóstico inicial, realizado durante a fase preparatória, pode-se elaborar uma lista de verificação dos temas a serem considerados com a comunidade, dando particular atenção a qualquer aspecto que corresponda às famílias ou pessoas marginalizadas.

O diagnóstico pode ser realizado em qualquer época do ano. Com o fim de complementar e completar os resultados pode-se coletar dados adicionais em outras fontes (IBGE, Secretarias de governos, Institutos, Pastorais, Entidades, ONGs, entre outras).

QUAL A IMPORTÂNCIA DO DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO?

Os projetos participativos têm como meta principal apoiar grupos específicos na seleção de alternativas que assegurem melhoria da qualidade de vida da população.

Mediante um diálogo entre o facilitador e a população, os projetos participativos permitem aos usuários decidir que mudanças, inovações ou intervenções seriam mais adequadas para melhorar suas condições de vida.

As soluções podem ser mais apropriadas e eficazes quando se baseiam numa análise dos problemas pelas pessoas afetadas e em suas opiniões. No processo de análise participativa, os membros da comunidade participam na caracterização da realidade e na identificação das causas dos problemas relacionados, segundo sua própria compreensão da realidade. O papel da pessoa que está coordenando o processo de diagnóstico é de um facilitador.

PASSOS DO DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO

Analisar a realidade econômica, social e cultural da comunidade

Identificar os problemas existentes relacionados com as condições de vida

Identificar as famílias vulneráveis relacionando-as a cada problema e determinar quais são as mais afetadas

Ajudar as comunidades a priorizar seus problemas, identificando as causas e os efeitos

Identificar as potencialidades da Comunidade e dos atores sociais

Identificar a correlação de forças entre os grupos sociais e o poder local

Identificar os aliados e parceiros

Resumir e chegar a um acordo sobre os resultados do diagnóstico

Análise dos resultados do diagnóstico

Elaboração de proposições ou um Plano de ação para enfrentamento dos problemas

Para finalizar, vale lembrar que existe uma diversidade de metodologias que permitem os grupos, organizações e comunidades discutirem seus problemas e definirem melhor as formas de enfrentamento dos problemas. Portanto, a metodologia do Diagnóstico Participativo é parte de um conjunto mais amplo de métodos que integram uma estratégia de intervenção social que primam pela participação popular.

DHESCA, DIREITOS DA JUVENTUDE E JUSTIÇA AMBIENTAL¹

Há diferentes abordagens sobre direitos. Os direitos são um campo de disputa política e depende dos interesses que estamos a defender. Será sempre uma questão se defendemos os direitos a partir dos interesses do Capital ou do Trabalho. Numa sociedade capitalista, como a nossa, essa contradição perpassa todas as relações sociais e políticas, até mesmo o campo dos direitos. Há uma longa trajetória da construção dos direitos humanos na sociedade mundial. Ela remonta ao mundo europeu dos séculos XV e XVI; ao momento de estabelecimento da sociedade burguesa, quando se rompia com os privilégios da nobreza feudal e se exigiam os direitos iguais para todas e todos.

Esta exigência dos direitos, como luta social e política, foi um processo tenso. E isso chegou ao século XX com várias indagações: se todas as pessoas têm direitos iguais, porque no mundo há tanta desigualdade social? Se todas as pessoas têm direitos iguais, porque no mundo há má distribuição da riqueza socialmente produzida? Se no mundo todas as pessoas têm direitos iguais, porque há tanta discriminação e preconceito? Discriminações de raça, de gênero, de geração? Intolerância religiosa? Enfim, as guerras do século XX mostraram que as várias raízes da violência social promovem a digladição. Nem forças de coesão social, como a religião, por exemplo, foram mais fortes que os interesses nacionalistas, fascistas, totalitários. E o resultado foi um conjunto de mortes violentas.

¹ Texto elaborado por Jorge Atilio Silva Iulianelli, educador popular, filósofo, assessor em KOINONIA – Presença Ecumênica e Serviço.

Por outro lado, as lutas pela descolonização na África, e as lutas pela redemocratização na América Latina, nas décadas de 1960 e 1970, respectivamente, indicaram que havia um campo de direitos civis e políticos que não deveriam ser esquecidos ou deixados de lado. Isso ratificava o papel da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que fora estabelecida em 1948, na Conferência da Organização das Nações Unidas, e que diz em seu primeiro artigo: Todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotadas de razão e consciência e devem agir em relação umas às outras com espírito de fraternidade. (Leia a declaração universal, na íntegra, em www.onu-brasil.org.br/documentos_direitoshumanos.php).

Aquela afirmação é a indicação de uma rota, de um destino, e não a constatação de uma situação existente. Por isso, depende de organização, mobilização e ações sociais de cada pessoa na sociedade – de cada um de nós. Nossas ações é que podem fazer com que os direitos venham a valer ou não. Na trajetória do século XX, especialmente a partir de 1993, após a Conferência de Viena, sobre os Direitos Humanos, passou-se a se afirmar mais a integralidade dos direitos, confirmando a unidade entre os direitos civis e políticos e os direitos econômicos, sociais e culturais. Na América Latina, juntamente aos três últimos agregou-se a afirmação dos direitos ambientais, e por isso temos a sigla Dhesca, direitos humanos econômicos, sociais, culturais e ambientais.

UM CAMINHO DOS DIREITOS ECONÔMICOS, SOCIAIS E AMBIENTAIS

Há que se observar que os Dhesca são direitos progressivos. Isso significa que a comunidade internacional reconhece que a implementação destes direitos se dá gradualmente, conforme a capacidade das sociedades fazerem com que eles se implementem. Por exemplo, o acesso à terra é um direito econômico. Sem terra o agricultor não pode cultivar e produzir. Porém, numa sociedade que a desigualdade marcou com a concentração fundiária temos um quadro com 60% das propriedades rurais nas

mãos do latifúndio. Entre 1992 e 2003, o índice Gini nacional, que mede a concentração de terra baixou de 0,826 para 0,816 - uma variação de -0,010. Este índice quanto mais próximo de 1,0 indica uma maior concentração de desigualdade.

Para superar as desigualdades econômicas, sociais, culturais e ambientais os movimentos sociais se organizam para promover os direitos humanos. Isso conquistou, por exemplo, na Constituição Federal, a proclamação dos direitos sociais, como consta no Art. 6º, que diz: São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. Ou seja, tudo isso tem que ser garantido para toda brasileira e todo brasileiro (estes direitos estão assegurados na sua comunidade?).

Situações	Direitos econômicos	Direitos sociais	Direitos Culturais	Direitos ambientais
Direitos	Acesso a postos de trabalho Segurança Alimentar	Acesso à seguridade social	Acesso à escola Acesso a áreas de lazer	Acesso a um meio ambiente seguro
Violações de Direitos	Desemprego Fome na comunidade	Inexistência de pensões para viúvas	Falta de vagas nas escolas públicas Inexistência de áreas de lazer	Uso intensivo de agrotóxicos

Os direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais devem ser implementados. O principal agente para a sua implementação é o Estado, nas suas diferentes instâncias executivas, federal, estadual e municipal. Nós, cidadãos e cidadãs, precisamos nos organizar para fazer com que esses direitos possam ser efetivados em nossa vida cotidiana. Como? Formando grupos para estudar quais direitos são esse, criando instrumentos para monitorar a implementação desses direitos, acessando os legis-

lativos para que monitorem a efetivação desses direitos e, até, entrando em contato com grupos que tratam disso no Brasil. Indicamos aqui dois deles:

Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH), www.mndh.org.br

Plataforma PIDESEC, www.dhescbrasil.org.br, neste sítio há uma cartilha sobre o direito ao alimento e à terra rural, muito interessante para estudo e aplicação.

SOBRE OS DIREITOS DA JUVENTUDE

Na conquista de direitos os movimentos sociais, também, tem se organizado geracionalmente. Em muitos dos movimentos sociais a presença da juventude questionou o fato de não lidarmos com os direitos específicos desse segmento social. Isso se dá por alguns motivos. Em primeiro lugar, no Brasil há um contingente expressivo de pessoas na faixa etária de 15-24 anos. Nas duas últimas décadas houve um crescimento significativo dessa população, por um efeito do decréscimo de nascimentos e aumento da expectativa de vida, confluindo assim para que essa faixa etária crescesse. Em segundo lugar, há um fenômeno brasileiro terrível, uma parte dessa juventude tem sido assassinada, é de fato este segmento a principal vítima da violência letal por armas de fogo – em especial, @s jovens que tem entre 15-24 anos, e são negros, das periferias urbanas e rurais. Muito embora, sobre esse fato, deva-se registrar o aumento das mortes entre adolescentes de 12 a 18 anos, grupo para o qual se prevê 13 assassinatos por dia entre 2010-2015! Um terceiro fato, é que esse segmento tem uma participação significativa na economia nacional, quer como produtores – ainda que com menor significância, nesse caso – quer como consumidores.

Ou seja, quer pela expressiva quantidade, quer pela necessidade social de segurança humana, quer pela presença no mercado a juventude é um setor extremamente importante para o Brasil. Isto no presente. Não se trata de pensar: a juventude é o

futuro da nação. Esta juventude é o presente do dia a dia. E isto reclama a afirmação de direitos. As juventudes no Brasil têm se organizado das mais diferentes maneiras. Isso tem gerado uma abertura política para a sua expressão. A tal ponto que o governo federal criou a Secretaria Nacional da Juventude (www.juventude.gov.br). E o Brasil já teve a sua primeira Conferência nacional da juventude, que aconteceu em 2008. Para esta secretaria se criou um Conselho Nacional de Juventude, que é um órgão de participação de juventude para o monitoramento e a promoção de políticas públicas para a juventude. Uma das questões a serem discutidas é a inclusão dos direitos da juventude na Constituição Federal, para isso é necessária uma emenda constitucional, e depois teremos que monitorar a regulamentação da mesma. Além disso, há que muito que lutar para que os direitos da juventude camponesa esteja presente nestes debates. Ou seja, há muito que fazer. Como? Estudando documentos, conversando com amigos, participando de redes. Aqui, para auxiliar nas conversas, recomendamos quatro sítios sobre o assunto:

Rede Ecumênica da Juventude pelos Direitos da Juventude, REJU: www.redeecumenicadajuventude.org.br;

Blog Palavra de Jovem Rural: www.palavradejovemrural.blogspot.com

Rede de Jovens do Nordeste: www.rjne.blogger.com.br;

Conselho Nacional de Juventude: www.juventude.gov.br/conselho

E A JUSTIÇA AMBIENTAL?

Para a juventude a questão ecológica é fundamental. Observamos que no nosso mundo há a construção da injustiça ambiental. Os países ricos do hemisfério norte, depois de terem devastado as suas florestas, e manterem um nível de consumo que explora sem medidas o combustível fóssil, poluem o planeta. Para os países pobres, do norte e do sul, deixaram um legado de um mundo poluído, em risco ambiental, com dificuldades em

relação à capacidade de conservação dos mananciais de água potável para todas e todos, dentre outras graves questões.

Nossa questão é como diminuir o impacto dessas consequências, a partir das ações dos jovens? Como construir uma consciência ecológica em favor da justiça ambiental? Eis um sítio para pesquisar sobre o tema:

Rede Brasileira de Justiça Ambiental: www.justicaambiental.org.br

DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO E JUSTIÇA AMBIENTAL¹

No mundo é uma questão qual o modelo de desenvolvimento se deseja seguir. Em geral, o tema do desenvolvimento esteve vinculado à noção de crescimento econômico. Isso levava a ter como principal critério de avaliação do desenvolvimento de um País o aumento do índice do produto interno bruto (PIB), que é uma maneira de medir o crescimento da riqueza socialmente produzida. Quanto maior o PIB de um país, mais desenvolvido ele seria. Por quê? Porque esse País teria mais riqueza. Porém, essa riqueza é acumulada ou partilhada? A sociedade tem acesso aos bens e serviços que são produzidos, ou só alguns na sociedade? Essas perguntas não incomodavam aos que mediam o desenvolvimento dessa maneira.

Isso levou a muitos debates sobre as relações entre desenvolvimento e direitos humanos. No interior dos movimentos sociais do campo se elaborou uma perspectiva de desenvolvimento que inclui o cuidado com o meio ambiente, com relações sociais de produção justas – com inclusão de gênero e geração, com defesa dos Dhesca. Atualmente, com a política nacional de territórios, implementada pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) e outros ministérios, o tema do desenvolvimento sustentável e solidário no mundo rural tem alguns destaques, tais como, acesso à terra; reforma agrária; soberania alimentar e nutricional – que implica em novos paradigmas de produção agrícola, sem o uso de agrotóxicos, etc. (você já conversaram sobre esses temas?).

¹ Texto elaborado por Jorge Atilio Silva Lulianelli, educador popular, filósofo, assessor em KOINONIA – Presença Ecumênica e Serviço.

Desenvolvimento: É a construção de condições de vida que sejam dignas para todas e todos, com a possibilidade de meios de sobrevivência dignos e com a remuneração do trabalho e da produção justa e adequada;

Rural: É ter como meta prioritário o desenvolvimento do campo, para o benefício da vida dos camponeses, atendendo em primeiro lugar às necessidades de sobrevivência da família camponesa, em solidariedade com o abastecimento para as coletividades urbanas.

Sustentável: É ter como meta do desenvolvimento a capacitação humana para as atividades laborais, sociais e culturais. Além disso, trata-se de um modelo de desenvolvimento que não destrói ou corrompe o meio ambiente, mas cria meios de convivência adequados, justos e equilibrados com este. Desenvolvimento sem tornar o meio ambiente insustentável, agredindo-o de tal maneira que ele também nos agride.

Solidário: É ter como meta o desenvolvimento que beneficia a coletividade, não apenas a alguns indivíduos, de forma privilegiada. Todas e todos têm que poder gozar dos benefícios do desenvolvimento

Como é possível observar, existe uma relação muito direta entre o desenvolvimento rural sustentável e solidário e a justiça ambiental. Para ter uma sociedade ambientalmente justa o modelo de desenvolvimento que escolhemos para a nossa comunidade, para o nosso País. Esta é uma decisão política. É uma decisão que envolve questões como: de que modo nos organizamos para produzir nossas culturas? Quais as culturas que produzimos e como produzimos? Que acesso temos aos mercados? E, claro, questões como: os direitos das crianças e adolescentes são preservados em nosso modo de produzir? As mulheres são tratadas de modo equitativo nas relações sociais de produção? Por meio do desenvolvimento rural sustentável e solidário podemos construir maior justiça ambiental para todas e todos. Ou seja, podemos superar dilemas como o racismo ambiental, que muitas vezes impede o reconhecimento de comunidades

tradicionais, em especial, os quilombolas. Podemos superar violências como a de assassinatos de camponeses que lutam pelo direito do acesso à terra e à reforma agrária. Podemos lutar contra a criminalização dos movimentos sociais do campo. Como podemos fazer isso? Estudando em grupos, organizando nossas comunidades, mobilizando nossas forças sociais. Indicamos aqui dois sítios para mais informações sobre estes temas:

Assim, com alguma clareza, se pode identificar como as ações culturais contribuem para atingir essas metas.

Por isso, sugerimos que em cada etapa verifique-se isso, que se questione:

1. Nossa ação favorece ao fortalecimento e melhoria da organização das comunidades camponesas? Dos pequenos produtores? Da agricultura familiar?
2. Nossa ação favorece a um desenvolvimento que garante maior segurança alimentar e hídrica para a comunidade?
3. Nossa ação favorece a maior participação política e sindical dos camponeses?
4. Nossa ação contribui para disseminar informações sobre os malefícios do agrotóxico e os benefícios da agroecologia (agricultura orgânica)?

CONTAG: www.contag.org.br

MST: www.mst.org.br

CPT: www.cptnac.com.br